

42º Encontro Anual da Anpocs - Caxambu - MG

GT 35 - Violência, punição e desvio: reflexões teóricas e investigações empíricas

Fanzines, *beatbox* e as táticas de comunicação nas prisões do Ceará e do Amazonas

**Ítalo Barbosa Lima Siqueira¹
Maria Izabel Feitosa Accioly²**

2018

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência (LEV/UFC) e do grupo de pesquisa Ilhargas - Cidades, Políticas e Saberes na Amazônia (UFAM). Bolsista CAPES.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Agenciamentos Prisionais. Bolsista CAPES.

Resumo

As prisões são espaços polissêmicos. Realizamos pesquisa de campo nas prisões da cidade de Manaus (AM) e Itaitinga (CE), região metropolitana de Fortaleza, divididos em dois projetos de pesquisa que ora se cruzam para pensar as prisões como espaços criativos e de ricas expressões de comunicação - sem excluir a percepção de se tratarem de espaços de violência estrutural e violação de direitos fundamentais. A relação entre o incremento do encarceramento e a emergência de grupos faccionados compõe cenários de violentas disputas pela hegemonia da gestão interna e do poder de mando nos espaços prisionais, mas os dados empíricos demonstram que isso não é tudo. Dessa forma, no presente trabalho exploramos o fenômeno das prisões a partir de etnografias multisituadas, sobretudo através de músicas *beatbox* produzidas nas prisões do Amazonas e fanzines das prisões do Ceará, concentrando-se nas táticas de comunicação e nas mobilizações cotidianas dos espaços prisionais.

Palavras-chave: prisões, escrita, músicas, mobilizações, violência.

Introdução

A pesquisa em prisões encontra interesse renovado na região Norte e Nordeste do Brasil. A relação entre o incremento do encarceramento e a emergência de grupos faccionados compõe cenários de violentas disputas pela hegemonia da gestão interna e do poder de mando nos espaços prisionais. Realizamos pesquisa de campo nas prisões da cidade de Manaus e Itaitinga, região metropolitana de Fortaleza, divididos em dois projetos de pesquisa que ora se cruzam para pensar as prisões como espaços criativos e de ricas expressões de comunicação - reconhecendo ainda sua compreensão como espaços de violência estrutural e violação de direitos fundamentais. Dessa forma, no presente trabalho pretendemos explorar as prisões a partir de etnografias multisituadas (MARCUS, 1995), sobretudo por meio das músicas do tipo *beatbox* produzidas em prisões do estado do Amazonas e os fanzines em prisões do estado do Ceará, concentrando-se nas táticas de comunicação no contexto prisional.

Tomamos duas trilhas de acesso para pensarmos sobre nossos objetivos. A primeira toma a existência de expressões escritas nas prisões como fanzines (espécie de revista artesanal produzidas coletivamente pelos internos e que circulam, principalmente, entre estes e suas famílias) e *catatau* (espécie de bilhete escrito pelos internos dirigidos a administração da unidade funcionando como um tipo de de “e-mail institucional”). O acesso a esses materiais se deu através de pesquisa de campo realizada na Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor José Jucá Neto, conhecida como CPPL III entre 2015 e 2016, além da coleta de fanzines produzidos no Instituto Penal Auri Moura Costa, uma prisão de mulheres, desde 2002³.

A segunda trilha toma o caso das músicas *beatbox* (espécie de músicas improvisadas que imitam sons e efeitos de DJs), áudios gravados por meio de celulares presentes nas unidades prisionais ou bairros de Manaus que passam por algum grau de edição digital para divulgação em canais do sítio *online* “Youtube.com”. A improvisação é valorizada e o conteúdo trata das experiência

³ A pesquisa de campo foi realizada no âmbito da Monografia de Maria Izabel Feitosa Accioly (2017) intitulada “Poesia e vida emuralhada: um estudo das práticas de resistência na Casa de Privação Provisória de Liberdade III”, apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da UFC.

simbolizada e ritualizada pelos coletivos criminais e os “comandos” prisionais. Conflitos, lugares morais, violência, crueldade e as maneiras de fazer o crime são musicadas por pessoas que mencionam a visão/proceder da Família do Norte (FDN) e do Primeiro Comando da Capital (PCC)⁴. Portanto, o acesso aos arquivos digitais se deu por meio de pesquisa realizada na *internet*, iniciada ainda em 2015, exclusivamente em canais do “Youtube.com”, como o “Potência Máxima”, que conta com 48 vídeos e mais de 10 mil inscritos/seguidores. A escolha dos canais se deu justamente por seu conteúdo-referência aos coletivos criminais em atividade⁵.

Assim, essa agenda de pesquisa busca desvelar as prisões em seus próprios termos, situação que nos coloca diante um campo de armadilhas. O contexto das pesquisas se deu em meio às transformações na experiência prisional e urbana, com o advento da presença e mobilização de coletivos criminais e “comandos”, como o PCC, FDN, Comando Vermelho (CV) e Guardiões do Estado (GDE) - este último com forte presença no Estado do Ceará. Nas últimas décadas, os índices de violência e a sensação de insegurança urbana em Fortaleza e Manaus são elencados como evidências das profundas mudanças na narrativa sobre a segurança pública e a emergência da violência difusa⁶.

As prisões contemporâneas no Brasil

As prisões brasileiras são conhecidas pela dura experiência e pelo reconhecimento da persistência da ordem autoritária. Apesar disso, não entram em colapso, pois vão funcionando no dia a dia e atendendo a demanda crescente do sistema de segurança pública e de justiça criminal. Parte do imaginário social justifica o funcionamento de nossas prisões, mesmo sob essas condições, por não se conhecer ainda outro sistema de massas para lidar com a delinquência e os atos considerados antissociais. Ocorre que, como acompanhamos nos últimos anos, a

⁴ Para uma descrição das lutas de eliminação em unidades prisionais de Manaus, sobretudo entre FDN e PCC, ver: SIQUEIRA, Í. B. L. Rebeliões, Fugas, Motins e Massacres: Crises no Sistema Penitenciário do Amazonas. In: 3º Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão, 2017, Recife. *Anais - 3º Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão*, 2017.

⁵ Essa pesquisa insere-se no projeto de doutorado de Ítalo Barbosa Lima Siqueira intitulado “Mobilizações e conflitos sociais nas margens do encarceramento em massa”, em andamento pela UFC.

⁶ Sobre a violência difusa ver Barreira, César. Insegurança, medo e crueldade no cenário urbano de Fortaleza. In: Barreira, César, Barreira, Irllys. (orgs.) *Etnografias na cidade: redes, conflitos e lugares*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

expansão do sistema penal e punitivo, lançam evidências sobre a opção política estatal materializada como encarceramento em massa no Brasil.

Para analisar as prisões é fundamental sua compreensão como espaços disciplinares, também sujeitas às mudanças que ocorrem com as disputas nos campos econômicos e político. O apelo moral da responsabilização e a concepção ética sobre o social, também estão no centro do debate político sobre as prisões e seu funcionamento. Carlos Henrique Serra (2013) apresenta questões importantes sobre os efeitos políticos e sociais sobre a estruturação de um Estado penal, conseqüentemente disparando o encarceramento em massa, analisando a cultura punitiva no Brasil, como um fenômeno de longa duração que atravessa as relações de poder e estrutura sociabilidades *autoritária-repressiva*, alimentadas pela lógica do “inimigo social: pessoas puníveis e executáveis (eliminação física). Nesse sentido, Serra e Luís Antônio Souza (2017) lançam as hipóteses sobre a sacralização da punição e os usos das estratégias do poder-saber que operam as lógicas do “inimigo” e da “guerra”, confirmando as evidências sobre a constância da militarização em diversas esferas sociais e espacialidades.

Assim, abre-se todo um campo de estudos sobre o corte punitivo do Estado, manifestado nas práticas e nos discursos dos aparatos jurídico-político e policial. Em outras palavras, a punição emerge como uma prática autoritária de longa duração na história brasileira. Em suma, Serra (2013, p. 42) destaca que o encarceramento em massa do Brasil aprofundou os sintomas de criminalização da pobreza, inclusive com características inquisitoriais.

Um dos efeitos conhecidos do dispositivo penitenciário reside no seu sucesso em aprofundar desigualdades de diferentes ordens. Luiz Claudio Lourenço (2012), destaca os espaços prisionais como lugar de privações compartilhadas por funcionários e aprisionados, eventualmente dependente dos arranjos e negociações cotidianas para no “jeitinho” movimentar as rotinas - institucionais ou não. Além disso, as prisões devem ser pensadas como dispositivo de segurança, com efeitos que configuram mecanismos de produção de inseguranças no contexto prisional, de modo que o Estado é desafiado em sua pretensão positiva de monopólio da violência e sobre as condições de morte. Isso quer dizer que, por seus efeitos de

acentuação de desigualdades e da própria violência, o controle estatal sobre a gestão política da vida e da morte, por vezes, é violado pelas próprias contendas no cotidiano prisional. Se podemos considerar a existência de “guerra” e de “inimigos”, o dispositivo carcerário figura como central na administração dos riscos dessa mesma guerra, e também pela impossibilidade de conter a crescente criminalidade, sendo importante para o Estado, compartilhar a gestão das prisões com grupos com o poder de mando no interior dos pavilhões penitenciários.

Certamente, com números grandes e em contínuo crescimento, o encarceramento de pessoas no Brasil produz uma economia política que compreende negócios que exploram as áreas de segurança, justiça, serviços, construção civil e execução da pena, agenciando diversas mercadorias políticas sobre a gestão dos espaços prisionais. Ademais, o aprisionamento emerge como um campo estratégico de mobilização pelo poder e pela legitimidade de classificação do mundo social, concentrando múltiplas possibilidades de circulação de coisas e pessoas em instituições fechadas que concentram mais de 700 mil pessoas em todo o Brasil. O impacto social do encarceramento é amplo.

Essas questões são essenciais para refletir sobre a presença de pesquisadores nas prisões. É preciso levar em consideração as consequências humanas e ambientais das prisões, bem como as consequências éticas e políticas na exposição dos resultados de pesquisa. Como conhecido pelas Ciências Sociais⁷, as prisões estão no centro de articulações de políticas e agentes sociais interessados em sua expansão e no seu controle, encontrando guarida para um lugar que a salvará de seu fracasso. São conhecidas as dificuldades para acessar o cotidiano dos espaços prisionais e dos coletivos criminais. As pesquisas empíricas demonstram o imperativo de negociação permanente. As prisões se constituem como campo de pesquisa complexo, sendo preciso considerar suas fronteiras

⁷ Ver: ADORNO, Sérgio; DIAS, Camila Nunes. Articulação entre o mundo interno e externo às instituições prisionais: questões para a construção de um novo paradigma no domínio da sociologia das prisões. In: 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013, Águas de Lindóia, SP: 2013; LOURENÇO, Luiz Claudio. O jogo dos sete erros nas prisões do Brasil: discutindo os pilares de um sistema que não existe. In: *O público e privado*. Nº 30, jul/dez, 2017.

porosas e mobilizadoras de sofisticadas conexões entre redes sociais multi-situadas, com variações no espaço e tempo.

O fato é que o sistema prisional é mobilizada por incontáveis agentes e atores sociais, reunindo e não totalizando, os mais diferentes interesses, escusos ou não. Nesse sentido, as prisões, profundamente inseridas em diversas redes sociais, são permanentemente atravessadas e ultrapassadas em seus muros, situando o pesquisador em complexas teias sociais. Isto porque, diversas lutas simbólicas são levadas a cabo em tentativas para as nomeações e as rotinas que são permitidas e sujeitas às mudanças e permanências em torno das disputas dos campos econômico, burocrático e político. As possibilidades de lucros são diversas.

De modo comparativo, as Ciências Sociais destacam algumas recomendações importantes. Como exemplo, a impossibilidade de analisar as prisões como instituições isoladas tendo em vista o fluxo diário de entradas e saídas de pessoas, mercadorias e ideias, bem como a governança compartilhada de unidades prisionais, a saber, entre Estado, população carcerária e iniciativa privada. É preciso compreender as conexões e redes sociais que interligam as prisões aos fenômenos contemporâneos, considerando inclusive as especificidades de cada sistema prisional da Federação⁸ e os efeitos políticos de sua condição de instituição mobilizadora⁹.

A questão das relações de força pode variar bastante entre sistema penitenciário estadual e até mesmo entre as unidades prisionais locais. Depende do contexto prisional de cada lugar. O aprisionamento está longe de significar imobilismo e a gestão da prisão pela própria população carcerária não é novidade, bem como a existência de grupos mais ou menos coesos nos espaços prisionais. Porém, nos últimos anos acompanhamos as cenas da emergência de grupos faccionados localmente e nacionalmente¹⁰, lançando novas hipóteses sobre a

⁸ Sobre sete equívocos na pesquisa em prisões, ver LOURENÇO, L. C. . O jogo dos sete erros nas prisões do Brasil: discutindo os pilares de um sistema que não existe. *O PÚBLICO E O PRIVADO*, v. 30, p. 285-301, 2017.

⁹ Para os efeitos mobilizadores dos espaços prisionais, ver: GODOI, Rafael. Ilegibilidade e mobilização: dinâmicas sociais do processamento de pessoas nas prisões de São Paulo. In: 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2014, Natal. *ANAIS DA 29ª RBA*, 2014.

¹⁰ Ver DIAS, Camila N. Encarceramento, seletividade e opressão: a “crise carcerária” como projeto político. *Friedrich Ebert Stiftung*, nº 28, 2017

conexão entre lugares e eventos aparentemente sem conexões visíveis, isto é, eventos que ocorrem em uma prisão do estado do Amazonas, pode gerar movimentações em unidades prisionais do estado do Ceará.

Tecnologias e táticas de comunicação

Michel de Certeau (1994) nos auxiliou a pensar as maneiras de fazer - escrever, produzir, cantar - nas prisões. O fenômeno da prisionização não significa o encerramento da atividade criativa e a pluralidade de condutas cotidianas. Nas prisões, as maneiras de utilizar a ordem imposta no espaço, precipita jogos com as maneiras de usar as palavras, os sons e o tempo no cárcere. Certamente, os efeitos dessas ações são aproveitadas em seus efeitos imprevistos pelos produtores do conteúdo. Dessa forma, o espaço da prisão além de subjugar, pode ser utilizado para fins diversos aos pretendidos pelo aprisionamento. Mesmo no sistema penal, as pessoas encontram maneiras de realizarem seus seus próprios usos das experiências, rotinas e símbolos impostos, até um certo limite enquanto praticantes com autonomia reduzida, mesmos as que são negociadas. Por exemplo, como no caso das músicas *beatbox* das prisões de Manaus, as palavras cantadas articulam os usos e negócios que estão no estoque de sentido significativo para ação de coletivos criminais. As prisões aparecem aqui como o contexto de uso que ensejam circunstâncias particulares. Aqui, os combates, as lutas de eliminação são anunciadas por meio de enunciados que delimitam atos implacáveis contra figuras de “conspiração” e inimigos.

O presente trabalho lida com as táticas de comunicação no cotidiano inserido no contexto prisional. Dentre a diversidade de possibilidades, emergem empiricamente as táticas que enunciam modulações variadas sobre o social. Músicas improvisadas que desafiam o monopólio da violência do Estado, e as formas de resistência escrita e musicada sobre a realidade do cárcere. A violência estrutural é ultrapassada pelas expressões que visam conduzir significados sobre a vida no cárcere, seus perigos e afetos. Para tanto, acessar este campo significa apreender as maneiras da realização dessas músicas e fanzines; os significados expressos nas produções artesanais de comunicação; por fim, as táticas empregadas em ambientes de severas privações e restrições no acesso à papéis,

canetas¹¹ e celulares¹². Buscamos iniciativas do cotidiano do cárcere para refletir sobre as maneiras de comunicação no espaço prisional, tanto de expressões artísticas, quanto de conversação cotidiana entre os sujeitos¹³. Tais acontecimentos lançam evidências sobre as prisões como espaços multifacetados com fronteiras porosas, transbordantes.

O uso desses artefatos e tecnologias nas prisões, emerge como tático, talvez até mesmo vital, assim como a regularidade de visitas, os banhos de sol, as refeições e acesso à justiça. Por exemplo, o uso de celulares, papéis e canetas permite a tradução das prisões por meio de seus próprios protagonistas. É possível deduzir que o compartilhamento de fotos, vídeos e áudios impacta um número considerável de pessoas que trocam informações sobre os últimos acontecimentos que envolvem a narrativa das tensões que envolvem o crime, alguma fuga ou um novo “xerife” em uma unidade prisional. Por fim, a escrita e a música no contexto prisional, pensando com Certeau (1994), lança evidências sobre o espaço praticado e a capacidade criativa de elaboração de jogos que aproveitam as falhas da vigilância, do controle e insurge-se contras as privações do aprisionamento.

Entre fanzines e catataus: o que dizem os presos cearenses?

Papéis xerocados e dobrados ao meio como uma espécie de revista, em seu interior diferentes letras, colagens e desenhos contam histórias de pessoas com trajetórias diversas, mas, em comum, o cotidiano no cárcere. Esse material, chamado *fanzine*, é produzido desde 2002 nas prisões do estado do Ceará. Esta forma de escrita coletiva foi incentivada pela assistente social Josefa Feitosa¹⁴ que

¹¹ Para que algum visitante pudesse levar para um interno uma caneta, era necessário seguir algumas especificações: a caneta deveria possuir corpo de acrílico transparente, sendo o mesmo descartado, permitido a entrada apenas do carregou ou *tinta*, como chamam os detentos. Os cadernos eram item proibido. A administração da unidade alegava a possibilidade de uso no controle do comércio de drogas ilícitas dentro da prisão, assim, o acesso que os internos tinham ao papel era através de folhas arrancadas de livros, de papel higiênico, da tampa das quentinhas e, esporadicamente, de alguns pequenos pedaços de papel que o setor de serviço social entregava nas alas.

¹² Não seria exagero alertar que os celulares cumprem diversas funções de comunicação, além de serem veículos de transmissão de músicas. O uso da internet apenas diversificou os usos de tecnologias, pois a presença de telefonia móvel nas prisões ocorre há mais de uma década.

¹³ Sobre a importância de canais de comunicação nas prisões, ver ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; DIAS, Camila Nunes. Das Comissões de Solidariedade ao Primeiro Comando da Capital em São Paulo. *Tempo Social*, v. 25, n. 1, p. 61-82, 2013.

¹⁴ Atualmente aposentada, Josefa Feitosa atuou como assistente social por 26 anos em prisões do estado do Ceará. Desde instituições para mulheres, homens, militares até o manicômio judiciário.

mediava oficinas de *fanzine* como recurso terapêutico e como uma estratégia de trabalhar em grupo com os encarcerados. A primeira experiência aconteceu com as internas do Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa unidade prisional com capacidade para 380 internas, situada em Aquiraz.

Na época o presídio feminino, que funcionava no centro da capital do estado no Instituto Bom Pastor¹⁵, estava sendo transferido para uma nova sede na região metropolitana de Fortaleza, situação que gerava estresse e insegurança entre as internas. As já escassas visitas ficariam ainda mais raras agora que a prisão estaria distante da capital, o medo do abandono deixava a situação ainda mais tensa e a assistente social da unidade resolveu trabalhar a questão em grupo. Surge assim o *Hóspedes de Auri*, uma *fanzine* produzida pelas detentas e xerocada pela direção da unidade prisional. A circulação se dava através das próprias internas que trocavam por outros materiais, ofereciam como presente e faziam assim as *fanzines* circularem não só no presídio, mas entre as famílias das “hóspedes de Auri”.

Depois desta primeira experiência no Instituto Penal Feminino, Josefa foi transferida para atuar como assistente social da Casa de Privação Provisória Professor José Jucá Neto¹⁶, também conhecida como CPPL III. Era o ano de 2011 e as dinâmicas das prisões haviam se modificado com o aumento da população carcerária e com a diversificação do perfil dos internos como o aumento de travestis, transsexuais e idosos encarcerados além da intensificação da atuação do Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital. Conforme Josefa Feitosa aponta em entrevista concedida em 2015:

Na CPPL III, eu que passei esse período fora, eu era acostumada a entrar nas cadeias que eu trabalhava, eu entrava **mesmo** nas cadeias. Eu chegava a entrar nas celas dos presos, cansei de tomar cafezinho lá do Mainha e outros presos mais e assim quando eu voltei agora e lá no presídio militar eu também tinha muito contato com os presos, porque eles são uma outra categoria. E quando eu voltei para trabalhar no sistema, nessa cadeia nova eu me assustei. Porque é tanta gente, tanta gente e a

Incrementava sua prática profissional com arte-educação e psicodrama.

¹⁵ Situado em Fortaleza, local alugado pelo governo do Estado, fundado em 1925 e mantido pelas religiosas da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor que, em sua função original, oferecia abrigo a mães solteiras.

¹⁶ Unidade voltada para preso provisório. Inaugurada no dia 24 de agosto de 2010, pelo então governador do Estado do Ceará, Cid Gomes, e pelo secretário da Justiça e Cidadania, Marcos Cals. Possui capacidade para 952 detentos. Situada em Itaitinga. Fonte: <http://www.sejus.ce.gov.br/index.php/gestao-penintenciaria/39/69>

gente não sabe nem onde bote. Essa cadeia que eu trabalho tem 1700 homens, uma casa com 1700 homens, deve passar um pouquinho, todo dia aumenta.

A realidade que se apresentava à época era preocupante: em 2014 a população carcerária era de 622.202¹⁷ pessoas, sem contar as pessoas detidas nas carceragens das delegacias. Atualmente, o Brasil está em quarto lugar no ranking mundial de população prisional¹⁸. Em dezembro de 2014, 40% dessa população prisional era composta por presos provisórios, pessoas que ainda não haviam sido julgadas e que poderiam responder seus crimes em liberdade principalmente aqueles que cometeram crimes de menor potencial ofensivo. Nos últimos 14 anos a população carcerária brasileira teve um aumento de 267,32%, o que corresponde a um aumento bem acima do crescimento da população. Conforme verifica Luiz Antônio Bogo Chies, há uma complexificação do cenário, particularmente, na última década onde duas realidades antagônicas se apresentam,

De um lado, temos o incremento quantitativo do encarceramento(...) De outro lado, não obstante o agravamento da precariedade das condições de encarceramento real dessa superpopulação prisional, experimentamos significativa produção de normas e diretrizes políticas que, ao menos no papel e no discurso, refina e sofisticam as promessas e perspectivas de direitos sociais aos presos: em 2003, o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário; (...) e, por último, ainda em 2010, as Diretrizes Nacionais para Educação nas Prisões. (CHIES, 2013)

As prisões do Estado do Ceará não fogem a essa realidade, conforme o Mapa do Encarceramento de 2015, o estado do Ceará ocupa o sétimo lugar em número de presos. Suas unidades prisionais são insalubres e a superpopulação carcerária sobrevive de maneira precária. Esse sistema prisional potencializa as desumanidades que afetam não apenas os corpos dos aprisionados, mas também a subjetividade de quem passa pelo cárcere.

É dentro desse contexto que são realizadas as oficinas de fanzine nas prisões do Ceará. A realização não é fácil. No início precisou ocorrer uma negociação com o diretor e o chefe de segurança da unidade prisional para que autorizassem a entrada de papéis, canetas, grampeador, cola e tesoura todos esses

¹⁷ Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2016.

¹⁸ Conforme demonstra os dados colhidos no Departamento Penitenciário Nacional, nos anos 90 a população carcerária era de 90.000 internos, em 2011 a população alcançou a marca de 496.251 custodiados pelo Estado, representando um aumento de 508%.

itens proibidos dentro da CPPL III. Além disso, consideravam perigoso que ela ficasse numa sala de aula com 20 internos e sem a presença de um agente penitenciário.

Em maio de 2014 foi lançada a primeira edição do fanzine *Só babado*, uma produção coletiva das travestis, transexuais, homossexuais e bissexuais da unidade prisional. No primeiro número, intitulado *Mundo Gay*, há uma espécie de coletânea de depoimentos escritos pelos prisioneiros, além de recortes de revistas e desenhos. No editorial dessa publicação, um dos internos, a quem vou chamar de C. escreve,

Observando a situação dos gays, bissexuais, travestis, transexuais do sistema penitenciário do Ceará observei alguns dilemas: Primeiro, o machismo dominante entre os internos torna a população carcerária LGBTT vítima de opressão. São os excluídos dentre os excluídos. Observei também a incapacidade do Estado de elaborar políticas públicas para os diferentes dentre os detentos. A assistência e a prevenção de DST's torna a situação ainda mais agravante. Há um sério desrespeito aos direitos humanos e violação do direito de liberdade de gênero quando travestis e transsexuais são submetidos a tratamento degradante e moralmente intolerável. Enfim, o sistema e a política estadual de detento LGBTT é um fracasso. (In: *Só Babado – Mundo Gay*, nº01, 2014, p 2).

Como se percebe na citação acima, desde o primeiro momento o fanzine *Só babado* tinha uma característica de denuncia: machismo, precária assistência à saúde, violação de direitos humanos, dentre outros temas que vão sendo apresentados pelos internos ao longo dos textos. Ademais havia também uma preocupação por parte da assistente social de estabelecer uma relação de confiança com os internos e isso ficava evidente na escrita que, apesar de ser mediada por uma representante da administração da Casa de Privação, conseguia refletir as vivências das pessoas ali encarceradas, mesmo quando isso significava criticar a própria administração da CPPL III.

Percebe-se também, quanto ao texto, uma variação entre escritos mais informais, que parecem imitar a fala, o tipo mais recorrente, e algumas escritas mais formais, destacando-se a escrita de C. Notadamente crítico e reflexivo, o interno escreve sobre si, sobre os erros cometidos, um processo muito pessoal de arrependimento – culpa – aceitação mas que, ao mesmo tempo, parece ser compartilhado nos momentos de realização do fanzine visto que, ao longo do

processo, os textos, desenhos e temas que integrarão a produção são escolhidos pelo grupo ocorrendo uma socialização desses processos. Na sexta edição do Só babado, C. realiza uma reflexão e retrospectiva das realizações do grupo,

É preciso ressignificar a nossa dor. O filósofo Jean – Paul Sartre disse que o importante não é o erro. A tragédia em si, não significa nada, e o passado é mutável a partir da ressignificação que damos ao que de ruim nos aconteceu. O nosso último ano aqui dentro foi exatamente nessa tentativa de ressignificação da tragédia que nos trouxe aqui. Com apoio da assistente social e da direção da CPPL3 demos início a reuniões da população LGBT encarcerada. As reuniões foram se realizando e as coisas acontecendo. Montamos espetáculos de dança e teatro; tivemos maior assistência à saúde, fizemos vários FANZINES. Enfim, ganhamos visibilidade. Afinal, quem não é visto não é lembrado. E nesta visão do eu da dor da tragédia existimos. (In: EXTRA Só Babado, n° 06, 2015, p 11)

A partir da circulação desses fanzines principalmente entre os profissionais da Casa de Privação de Liberdade e da Secretaria de Justiça começaram a ser adotadas algumas medidas para minimizar as violações de direitos a que eram submetidas, em maior grau, as travestis e transexuais reclusas. Uma das situações que foram estopim para essa mudança ocorreu em 2014, e é narrada em fanzine. Uma das travestis, quando chegou a prisão, teve seus longos cabelos raspados e foi forçada a usar a farda o que, para ela, era “roupa de homem”.

Penso que dentro do sistema carcerário há muitas regras bobas e restrições sem sentido. Quando entrei nesse presídio cortaram meu cabelo, passei por um grande trauma psicológico em ter que se vestir como homem a força por uma questão de preconceito. Chorei muito mas Deus me consolou, estou perto de sair, vou me refazer e voltar a ser feliz. (In: Só Babado – Mundo Gay, n°01, 2014, p 2).

Após esse acontecimento e com a repercussão do relato escrito na fanzine, a obrigação do corte de cabelo de pessoas recém-ingressas foi revista no caso de travestis e transexuais o que representou uma grande conquista e fortalecimento do grupo. A partir desse momento as pessoas dessa ala passaram a ter um melhor relacionamento com o setor de serviço social em geral e identificaram a *fanzine* como instrumento de significação da vida aprisionada, mas também como modo de luta, de resistência, de se fazer ouvir mesmo quando o ambiente é de silenciamento e apagamento do eu.

No contexto de crise penitenciária, tendo seu ponto crítico com a rebelião de

maio de 2016 ocorreram uma série de “acertos de contas” dentro da CPPL III durante os momentos de conflito. A população travesti, transexual e homossexual, que sofre uma sobrecarga de estigma na prisão, foi a vítima preferencial quando a unidade prisional *virou*. Apesar da curta duração dessa rebelião, os danos foram muitos. No dia seguinte ao conflito, aconteceu, em meio ao descampado, com internos feridos, uma edição da *fanzine Só babado* intitulada *A vida leva você para todos os lugares*. Ainda com os sentidos e sentimentos mobilizados, as travestis, as transsexuais e os homossexuais produziram textos, colagens e desenhos contando como havia sido, na perspectiva deles, os momentos de tensão, violência e destruição ocorridos. Um dos desenhos dessa edição mostra uma cena acontecida na tarde do dia 21 de maio de 2016: agentes penitenciários fardados, usando balaclava posicionados do lado externo da Casa de Privação Provisória de Liberdade III filmando com seus celulares prisioneiros armados com paus, pedras, *cossocos*¹⁹, barras de ferro, com seus rostos cobertos com panos incendiando as dependências da unidade prisional, quebrando paredes que separavam as alas. Pessoas foram espancadas até a morte, um deles foi degolado, técnicas de tortura foram utilizadas como o uso de asfixia mecânica utilizando saco plástico, além do que os internos chamam de *microondas*, que consiste em colocar a vítima entre colchões e atear fogo. No dia seguinte, durante a realização do *fanzine*, uma das travestis que estavam reclusas na *rua E* escreveu,

Você que está lendo fique sabendo, nós GBTT encarcerados, somos contra o desperdício da vida. Queremos viver, queremos amar, queremos ser pessoas capazes de conviver com os outros em um ambiente mais limpo, mais cheiroso, mais seguro e com mais dignidade. TIRE-NOS DAQUI. Não fizemos desordem, não quebramos a cadeia, não incendiamos a enfermaria, não destruímos a escola, então porque estamos aqui ainda? (In: *Só babado – A vida leva você para todos os lugares*, nº9, 2016, p. 13)

Registrado o apelo do grupo, essa *fanzine* foi fotocopiada pela assistente social da unidade prisional que o fez circular pelas mãos de outros profissionais do sistema penitenciário cearense e servidores da Secretaria de Justiça. A partir disso foi determinada a transferência das travestis, transexuais, homossexuais, estupradores, idosos, deficientes e Marias da Penha que sobreviveram a rebelião

¹⁹ Espécie de arma artesanal que imita uma faca.

para a Unidade Prisional Irmã Maria Imelda Lima Pontes²⁰, apelidada pelos trabalhadores do lugar de *cadeia dos estigmas*, pois recebia apenas os excluídos dentre os excluídos, as pessoas não aceitas pela massa carcerária. A *fanzine* acaba se consolidando como instrumento de expressão de subjetividades, mas também de resistência, visto que é uma comunicação reconhecida entre os internos e os profissionais do sistema penitenciário do Estado.

A escrita em contexto prisional, mesmo a que é proposta pela própria instituição como o *fanzine*, enfrenta diversas dificuldades para se realizar desde questões como a dificuldade dos internos com relação ao ato de escrever, a baixa escolarização, além da falta de recursos como caneta e papel. Em 2015, quando iniciou esta pesquisa, para que algum visitante pudesse levar para um interno uma caneta, era necessário seguir algumas especificações: a caneta deveria possuir corpo de acrílico transparente, sendo o mesmo descartado, permitido a entrada apenas do carregamento ou *tinta*, como chamam os detentos, a parte interna da caneta. Os cadernos eram item proibido devido à possibilidade de uso no controle do comércio de drogas ilícitas dentro da prisão, assim, o acesso que os internos tinham ao papel era através de folhas arrancadas de livros, de papel higiênico, da tampa das quentinhas e, esporadicamente, de alguns pequenos pedaços de papel que o setor de serviço social entregava nas alas.

As letras representavam um perigo ao sistema penitenciário. Michelle Perrot lamentou não ter encontrado as biografias e escritos de presidiários em suas pesquisas sobre o século XIX. Mas os presos escreviam, compunham poemas de que Lombroso e seus colegas italianos deram notícia e reproduziram alguns. Essa literatura se perdeu em grande parte, destruída pelo próprio sistema penitenciário ou pela vergonha do ex-presidiário e seus familiares, que não tinham como ver ali um legado para o futuro. (PIMENTEL FILHO, 2005, p.240)

Reconhecendo historicamente essa falta de registros desses escritos prisionais passei a recolher, durante meu campo, todo tipo de apontamentos grafados nos mais variados tipos de papéis. Os mais recorrentes e com maior adesão por parte da população carcerária é o *catatau*, pois é com ele que se luta

²⁰ Assim, com a transferência dos indesejados, a Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor José Jucá Neto foi dominada pelo Primeiro Comando da Capital, tendo, atualmente, uma divisão completamente diferente da apresentada neste trabalho monográfico. A rebelião de maio de 2016 foi um divisor de águas na história dessa prisão pois representou a tomada dela para o crime organizado.

para ter suas demandas atendidas. No contato com essa categoria de escrita prisional se percebe o desamparo que vive a população carcerária da CPPL III tendo não só corpos enclausurados, mas também almas cativas. Esse suplício da alma, esse sofrimento institucionalizado, mediante “micropunições” é uma demonstração de poder do Estado, como afirmou Foucault:

O suplício judiciário deve ser compreendido também como um ritual político. Faz parte de um modo menor, das cerimônias pelas quais se manifesta o poder. [...] O crime, além de sua vítima imediata, ataca o soberano; ataca-o fisicamente [...] A intervenção do soberano não é, portanto, uma arbitragem entre dois adversários; é mesmo muito mais que uma ação para fazer respeitar os direitos de cada um; é uma réplica direta àquele que a ofendeu (FOUCAULT, 2008, p.43).

É também através dos *catataus* que se percebe as diferenças de condições entre as alas da Casa de Privação Provisória de Liberdade. A sobrecarga de segregação existente entre as alas é evidenciada pela qualidade do papel e do instrumento de escrita, *tinta* ou lápis, empregado para escrever os bilhetes. É evidente que a falta de papel para a escrita é muito maior nas alas A, B e C, já que normalmente os papéis utilizados são apenas pedaços de folhas mal recortados, de formatos irregulares e até pedaços de tampas de quentinhas, que após proteger suas refeições, se tornam suporte para a escrita deles. Esses pedaços das tampas das *fiéis*, como são chamadas as marmitas ou quentinhas, vêm para as mãos dos profissionais da unidade prisional, ainda com vestígios de alguma comida. Há também alguns *catataus* escritos em folhas de livros, no verso de embalagens de remédio, ou seja, é um papel de reúso, tendo utilizado para sua função primeira e reaproveitado para a necessidade dos internos de escrita e, principalmente, de comunicação.

Já os presos das alas D, E e F contam, na maior parte das vezes, com papéis mais apropriados para a escrita, como folhas inteiras de caderno, papéis pautados, limpos, mais bem recortados e, geralmente, sendo usados pela primeira vez. Devido serem melhor assistidos pela administração da unidade prisional, acabam por ter um acesso menos complicado que as demais *ruas*. A facilidade em conseguir esses papéis resulta em um maior volume de bilhetes o que torna mais facilmente conhecidas as demandas específicas de cada interno e assim, mais fácil

de atendê-los.

A escrita também reflete o perfil desses homens. Ao passo que nas alas A, B e C predomina uma escrita marcada por erros gramaticais, inclusive chegando a uma imitação escrita da fala, vemos em alguns dos *catataus* das alas D, E e F uma maior adequação à norma-padrão e às vezes até algumas tentativas de imitação de um estilo mais jurídico, o emprego de termos técnicos que passam a fazer parte da vida do indivíduo quando adentra o sistema prisional como *progressão de pena*, *remissão*, *regime aberto*, talvez com o objetivo de impressionar, demonstrar que entende, chamar a atenção do profissional que lê para que atenda o pedido feito.

Na realidade, a precariedade na utilização da norma-padrão no registro escrito da linguagem é quase geral, porém é mais evidente entre os presos das três primeiras alas. Também há de se considerar para uma escrita mais adequada à norma-padrão na ala F, uma possível interferência de pessoas mais instruídas que orientaram ou mesmo escrevem os *catataus* no lugar de presos menos instruídos formalmente. Isso pode ser observado em outra ala, a B, que mesmo sofrendo com uma segregação severa, possui em seu território, o preso Adão, que tendo habilidade de escrita, atraiu para si a atenção de outros detentos que veem nele a possibilidade de se comunicarem de forma mais efetiva com os de fora, já que Adão escreve melhor.

Embora a habilidade com a escrita seja diferente entre os presos, suas demandas, escritas nos *catataus*, envolvem assuntos semelhantes: situação do processo; atendimento clínico, odontológico ou psicológico; pedido de contato com familiares ou solicitação de visitas (alguns parentes por vezes, deixam de visitá-los); solicitação de material de higiene, etc. O caráter religioso com frases como “Deus te abençoe” é evidenciado não somente entre presos da ala F, evangélica, mas por quase todos, que demonstram assim não somente esperança de que a situação melhore, mas também tentam sensibilizar quem lerá seu *catatau*. É interessante notar, através dos *catataus*, a atitude geralmente submissa desses homens em relação aos detentores dos poderes: juízes, advogados, defensores públicos e assistentes sociais. Essa atitude, que de forma alguma pode ser encarada como desinteressada, também reflete um corpo que, após a sujeição e treinamento formal e informal para sua estadia na prisão, se encontra debilitado, sujeito às disciplinas

institucionais e às disciplinas informais do ambiente prisional.

[...] o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. (FOUCAULT, 2008, p. 25)

Esses sinais que são exigidos do corpo do preso estão expressos também em sua comunicação verbal e não-verbal: ao chegar alguém de fora da cadeia, eles imediatamente se viram para a parede, olham para baixo, gesto disciplinado e submisso de quem é muito perigoso; ou mesmo nos “Deus te abençoe” direcionados à assistente social, ou “Jesus te ama”, ou “Eu imploro”, que demonstram no nível verbal do processo comunicativo, toda a carga de submissão a que os internos estão submetidos. Fazem dessa forma também porque há reconhecimento, porque acreditam que os profissionais da unidade prisional, mesmo fazendo parte do aparelho estatal, existe ali para dar-lhes suporte.

Se considerarmos o poder do Estado como uma representação do poder popular, vemos, no abandono da população carcerária – principalmente das alas A, B e C, que contêm em seus espaços homens reincidentes em crimes, condenados em última instância e jovens em sua maioria negros – um reflexo do senso comum da sociedade em relação a esses homens: pessoas sem chance de reabilitação, párias ou monstros. Essa ausência do Estado também é uma ausência de quem movimenta o aparelho estatal direta ou indiretamente, em maior ou menor grau: a sociedade.

Do Regime Fechado para todas as quebradas de Manaus

Em 14 de abril de 2016, o canal “Potência Máxima”²¹ hospedado no portal *online* de vídeos *Youtube.com* postou um vídeo intitulado *FDN - CV - [E.M.C] - INVADIMOS O CEARÁ [LANÇ. 2016]*, com uma música estilo funk versa sobre uma suposta “invasão” do estado do Ceará pelas facções prisionais Família do Norte (FDN) e Comando Vermelho (CV), anunciando conexões de redes criminais nos bairros de Fortaleza, além de cidades do interior do estado. No contexto da ascensão da FDN como força hegemônica no estado do Amazonas, existem diversas evidências que a categoria nativa “potência máxima” articula um campo de

²¹ Em consulta aberta ao portal *Youtube.com*, o referido canal foi criado em 28 de agosto de 2015, contando com mais de 2.850.003 visualizações distribuídas em 48 vídeos.

estruturas significantes dando sentido para compromissos e distinções que mobilizam fluxos entre as unidades prisionais do Amazonas e territórios extramuros.

As mediações que são feitas por músicas que retratam as possibilidades de enunciação do fenômeno da violência e das redes criminais, pode ser compreendida em seus efeitos polissêmicos. Portanto, essa abordagem lida principalmente com as zonas de fronteira e lugares morais desafiadores em meio às contingências e conflitos sociais nesse campo em específico. No contexto da ascensão de grupos faccionados no Amazonas - FDN, CV e Primeiro Comando da Capital (PCC) -, a adesão do governo estadual às políticas de expansão do encarceramento passa a considerar o estabelecimento de novas configurações nas relações de força, que ultrapassam a figura dos antigos “xerifes de cadeia”, em nome do poder de mando articulado em várias unidades prisionais de Manaus. Nesse período, diversos eventos emblemáticos sugerem ainda mudanças nas maneiras de se fazer o “crime” no Amazonas. Pistoleiros, narcotraficantes, assaltantes e diversos agentes sociais, mobilizam os signos da união pelo “crime”, visando relações de ajuda mútua e segurança, repercutindo nos fluxos de venda ilícita no varejo e atacado, sobretudo, de cocaína e maconha na região Norte.

De outro lado, “acertos de contas”, “bandidos” e “traficantes” passam a compor conjuntamente com a violência difusa urbana, os signos e relações mediadas pelos coletivos criminais presentes em bairros, vielas e nas celas das prisões, como enunciam as músicas divulgadas pela internet que tratam das dinâmicas dos grupos faccionados. Um dos efeitos dessas mobilizações é o fato de que a administração prisional precisa lidar e negociar com os “gerentes”, com o “comando” da FDN, CV ou do PCC nas unidades prisionais, estabelecendo as mediações das demandas da população carcerária e, por óbvio, dos mesmos “gerentes” ou pessoas posicionadas com poder de mando no contexto prisional.

Um signo muito frequente em torno da FDN, nomeado como “Potência Máxima”, chamou nossa atenção. Essa palavra estava associada com um coletivo criminal nomeado como “bonde Potência Máxima”, reunido em torno de práticas de extermínio, narcotráfico e segurança relacionadas com o que nomeiam como “crime no Amazonas”, através das redes da FDN. O “bonde” possui significado para grupos de extermínio que formam coletivos que podem vender “serviços” de pistolagem que

conformam os mercados do narcotráfico, ativamente promovendo a violência em vista de interesses privados do monopólio do varejo e atacado de drogas ilícitas, bem como a hegemonia nas prisões, como é o caso do mesmo “Potência Máxima”. Esse coletivo criminal passou a atuar como “braço armado” da FDN e os pertencentes seriam leais à um dos fundadores da FDN. A ação armada é uma característica.

Esse signo encontra rendimento analítico ao ser traduzido como uma significação compartilhada entre pessoas envolvidas com coletivos criminais, e o Potência Máxima é apenas um dos coletivos criminais que passaram a se mobilizar para a conformação da FDN como o “crime no Amazonas”. Outra pista, que as músicas lançam sobre a questão, reside no uso mais frequente de palavras e categorias bastantes associadas às maneiras de fazer o crime nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, como “trem bala”, “bonde”, “proceder”, “visão”, “15”, “33”, dentre outros, compondo o modo como se representa as práticas sobre o espaço do contexto prisional e urbano. Hegemonia nos negócios do narcotráfico, lucros, e as lutas contra inimigos comuns e na resistência às polícias, emergem na “profissão perigo”.

Se as evidências apontam a conexão de coletivos criminais presentes em bairros e prisões, emergem as lutas de eliminação e as ações implacáveis pautadas por uma ética da crueldade. Isso não exclui as demandas por justiça da população carcerária, incluindo as mobilizações contra o aprofundamento das contradições do encarceramento em massa. Enquanto a população carcerária mobiliza o contraponto contra o projeto de prisões como depósitos de pessoas - além da polêmica terceirização do sistema penitenciário, as gangues prisionais, passaram a tomar condutas que antes eram muito associadas ao Comando Vermelho (CV) e ao PCC em suas operações em prisões. No limite, a FDN não surgiu da noite para o dia por uma suposta necessidade de enfrentamento contra o PCC. As evidências disso podem ser encontradas nas profundas mudanças sociais e históricas de nosso período histórico, situação que mobiliza coletivos criminais em vistas de consolidação de negócios lucrativos. A associação pelo mercado ilícito é uma dimensão importante para compreender a FDN, mas não é a única situação concreta possível, pois, exagerando ainda mais no argumento, os bairros de

Manaus e suas prisões, sempre foram palco de relações entre fronteiras porosas do poder-saber.

Por outro lado, conforme o que sabemos sobre o período de ascensão de grupos faccionados nas prisões do Amazonas, como é o caso da comunicação da FDN no “poder” das prisões de Manaus, este não se deu apenas pelas rebeliões e mobilizações nas unidades prisionais. Porém, a mobilização de diversos coletivos criminais, gangues prisionais e as lutas contra a opressão revelam a multiplicidade de práticas relacionalmente presentes na experiência prisional que operam os estoques de sentido para relações significadas como de resistência contra a situação econômica e social de pessoas excluídas nas prisões. Um exemplo disto pode ser encontrado em uma música gravada provavelmente por meio de um celular em alguma unidade prisional do Sistema Penitenciário Estadual do Amazonas. A música segue,

[...] Se ligue no que eu falo/ Não vacila meu irmão / Nossa Família do Norte não aceita vacilão / A sociedade discrimina e não dá nem um valor / Mas não esqueça irmãozinhos que nó somos vencedor / Todo dia na prisão, sentado com meus irmão, pensando em liberdade / Muita paz no coração / Todo dia é uma vitória / Todo dia é oração / Dia a dia na prisão / Venho sofrendo meus irmãos / Quer vir pra cima tentar a sorte? / Nossa Família é do Norte / FDN tá no poder / Vacilão vai se foder / A nossa vida no crime não é mole não irmão / Nós lutamos por aquilo que nunca nos deram, não / Muitos irmãozinhos morrem / Muitos vem para a prisão / É por isso que eu digo que a vida não é fácil, não / Sentado com Mano X, nós conversa o dia inteiro / Trocando uma ideia, de parceiro pra parceiro / Irmão, ele é irmão, posso dizer ele é maneiro / Com ele o papo é reto, é pura disposição / Todo dia me dia me dá forças, eu aqui nessa prisão / O que eu canto agora é pura realidade / Todo dia os irmãozinhos vem sofrendo atrás das grades / Nós somos guerreiros, nós somos sofredores / Todo dia nós acorda agradecendo ao Senhor / Nós não tivemos sorte de ter nascido sendo um doutor / Com dinheiro sem não dá um valor / Ele usam uma caneta, um papel branco na mão / Nós usa uma pistola e também um trêsóitão / Todo dia eu acordo é uma realidade / Pensando vão longe e o meu corpo

atrás da grades / Mas nas pistas somos fortes, enquadrámos carro forte / Na pista somos ligeiros, corremos atrás do dinheiro / Sou XX falando a minha realidade / Todo dia oro à Deus para sair de trás das grades / Por aqui eu me despeço com muita satisfação / É a família do Norte, não esqueça meus irmãos [...]

A letra da música apresenta diversas formas de uso do tempo e do espaço em uma prisão, figurando como uma das primeiras músicas divulgadas pela imprensa, definida como exaltação aos fundadores da FDN, sobretudo no uso de fotos no “clipe musical”. Ademais, os eventos que dão sentido para essas maneiras de fazer o crime eventualmente mobiliza pessoas em torno desses mesmos signos. Em um outro marcante vídeo gravado em um bairro de Manaus, é possível observar uma pessoa cantando uma música improvisada sobre as conexões entre os bairros e as prisões de Manaus. Conforme segue a música,

... Vou te mandar o papo, o papo [risadas] reto. Aqui é FDN, ladrão. Entende? Se liga, só! Na humildade se liga que eu vou falar. Aqui é Família do Norte, no comando é nós que tá. É humildade, transparência e disciplina. O fumo é só o Skunk, Colombita, Cocaína. [...] Ele mata, esquarteja e ainda arranca o pescoço. [...] FDN é o comando, conspirou vai se foder. [...] esse é o proceder da nossa Família do Norte.

De certo modo, se os versos são voltados para pessoas que de algum modo são tidas como “envolvidas” na relação entre bandidos, no crime, também reivindicam para si a soberania sobre quem pode viver e quem deve morrer. Pensando com Achille Mbembe (2017), o mecanismo penitenciário emerge como espaço e condição estratégica em que se exerce um suposto direito de matar, de deixar viver ou de subjugar à morte pessoas que são consideradas “inimigas”. A eliminação absoluta do inimigo é um dos objetivos prioritários em uma guerra, esta que já é promovida pelo Estado e assimilada por forças concorrentes que assumem as maneiras, formas e categorias para buscar certa legitimidade, portanto, justificativas para a promoção de inúmeras guerras, seja contra ou com o crime.

O contexto prisional mobiliza as categorias e condições que são assimiladas e manipuladas pelos próprios protagonistas das prisões. Certeau (1994, p. 216) considera que,

Se o delinqüente só existe deslocando-se, se tem por especificidade viver não à margem mas nos interstícios dos códigos que desmancha e desloca, se ele se caracteriza pelo privilégio do *percurso* sobre o *estado*, o relato é delinqüente. A delinqüência social consistiria em tomar o relato ao pé da letra, tomá-lo como o princípio da existência física onde uma sociedade não oferece mais saídas simbólicas e expectativas de espaços a pessoas ou grupos, onde não há mais outra alternativa a não ser o alinhamento disciplinar e o desvio ilegal, ou seja, uma forma ou outra de prisão e a errância do lado de fora. [...]

O conteúdo das músicas lança algumas evidências sobre a complexidade da realidade prisional e as diferentes disposições nas relações de força. A própria FDN não aparece como “facção” homogênea, mobilizada da mesma forma em todos os lugares e temporalidades. Porém, exatamente as parcelas da população que são vistas como potenciais perigos, segregadas no espaço urbano e que de modo difusa são consideradas como possíveis mortes “inevitáveis”, tendo em vista o discurso sobre os “envolvidos”, demonstram a precariedade geral da vida. Judith Butler (2015) considera que o corpo depende do que está fora dele, dependente das instituições sociais e das condições de sobrevivência que são realizadas no social. Seria preciso considerar a vulnerabilidade do corpo, estando submetido à habilidade e força do social. Esse é um dos problemas sobre as prisões, sobretudo quando examinamos as relações de força e as condições sociais do encarceramento.

Se os bandos faccionados apresentam a violência como meio para a conquista e gestão do poder, o próprio Estado assume esse papel ao destacar seus recursos para o aprofundamento da militarização dos seus territórios, sobretudo nas zonas urbanas que são consideradas como perigosas, violentas, ou seja, estigmatizadas. Por outro lado, um exercício ético seria a recusa à esta captura da realidade para insurge-se contra a pretensão de controle total, portanto, a existência e as formas de morrer. Acontece que, salvo em situações de profundo desamparo social, as pessoas que são eliminadas nas cenas trágicas das disputas entre o crime, bem como o crime e o estado, impactam redes sociais, que podem ser familiares ou não, amplificando a experiência sobre a morte violenta de pessoas que compõem suas redes parentais. Quais seriam então as consequências na construção simbólica do mundo social?

Considerações finais

Em nossas pesquisas foi possível apreender que, além da centralidade da produção e gestão da informação nos espaços prisionais, as táticas de comunicar agenciam símbolos que espacializam e diferenciam os diversos esquemas de significação. A categoria relacional “proceder” (MARQUES, 2009), é um exemplo empírico das mediações entre pessoas e símbolos. Assim, podemos reler Roy Wagner (2014, p 24), ao destacar que “o aspecto coletivo da simbolização é também identificado com o modo moral, ou ético, da cultura, colocando-se em uma relação dialética com o modo factual”. Talvez, não seja possível elencar todos efeitos e a amplitude que da recepção passiva ou ativa das produções artesanais de músicas e fanzines. Porém, compreende-se que a complexidade do objeto ultrapassa as margens da institucionalidade estatal e a comunicação é configurada no dia a dia em torno de acordos, compromissos e alianças permeados por diferentes tipos de negociações e ritualizações da vida cotidiana em meios as adversidades de privações e violência estrutural.

Assim, entramos em um campo de múltiplas relações fronteiriças mobilizadoras do espaço e do poder, compreendidas além dos limites do corpo político do Estado, destacando que as fronteiras da vida social são como processos multidimensionais em constante movimento e mudança. No caso das músicas *beatbox*, fica em evidência as relações cotidianas em zonas que poderiam ser consideradas perigosas, porém imersas nos sofisticados agenciamentos de coletivos, ideias, mercadorias e eventos emblemáticos que ocorrem nas próprias relações fronteiriças. Além de promoverem práticas autoritárias e violentas, em certas expressões e táticas de comunicação, emerge as possibilidades de contraponto, que podem ser classificadas como “perigosas” e o/ou indignas de composição de repertórios supostamente sofisticados, pertimidos e palatáveis para uma realidade completamente diversa do seu contexto propagado.

Em paralelo às músicas compostas pelos coletivos criminais, verificamos em campo, mais precisamente, nas prisões do estado do Ceará, a produção de fanzines, revistas artesanais produzidas em papel A4, desenhadas e escritas conforme a vontade dos internos. A partir de 2002 no Instituto Penal Auri Moura

Costa, onde essa expressão surgiu pela primeira vez, até o presente momento podemos verificar que, em sua maioria, as temáticas abordadas nas produções textuais dos internos versam sobre seu cotidiano, seus afetos e pouco ou quase nada se falou sobre a presença de “facções”. A escrita prisional revela também as diferenças entre os internos tornando evidente a heterogeneidade da população carcerária.

Pensamos as prisões como espaços polissêmicos, mobilizados por diferentes agentes sociais e seus esquemas de significados ao situar, relatar e nomear as práticas sociais do contexto e cotidiano prisional. Essas músicas e fanzines produzidos por internos ajudam a construir imaginários, além de práticas sociais até para as pessoas que estão nas comunidades que nunca entraram nas prisões, mas que as imaginam/apreendem conforme os relatos, sons, leituras. As contribuições de Rafael Godoi (2010, 2015) indicam que as prisões estabelecem relações positivas que passam de boca em boca, determinam, coagem e conformam práticas e discursos de habitantes de determinadas localidades, estando envolvidas ou não no “crime”, interligando redes sociais e mobilizando trajetórias marcadas pela sua presença constante. Resta compreender os estoques de experiências e a fluidez entre os diversos sistema de significados, qualificando a clássica atividade empírica (OLIVEIRA, 1996) para que cientistas sociais possam quando em prisões, olhar, ouvir, ler e escrever.

Referências

- ACIOLY, J.F.; ACCIOLY, M.I.F. Fanzine na Prisão: A Revolução das Vozes In: GONÇALVES, J.E.L.(Org.) *Mulheres Guerreiras - A caminho da liberdade*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 2016. p. 33 – 38.
- BUTLHER, Judith. *Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?* 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CHIES, Luiz Antônio Bogo. A questão penitenciária. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 15-36, June 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702013000100002&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Ago. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702013000100002>.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional - Ministério da Justiça).

Levantamento do sistema penitenciário. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/staticsp.atualidadesdodireito.com.br/iab/files/2014/01/LEVANTAMENTO-SISTEMA-PENITENCIA%CC%81RIO-2012.pdf> Acesso em 21 de agosto de 2018.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GODOI, Rafael. *Ao redor e através da prisão: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo*. 2010. 203 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

_____. *Fluxos em cadeia: as cadeias em São Paulo na virada dos tempos*. 2015. 243 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

LOURENÇO, Luiz Claudio. Na frente das grades: uma pesquisa com agentes penitenciários da região metropolitana de Belo Horizonte. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; CARVALHO FILHO, Milton Júlio (Org.). *Prisões numa abordagem interdisciplinar*. Salvador: EDUFBA, 2012.

MARCUS, George E. Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. In: *Annual Review of Anthropology*, Vol. 24 (1995), 95—117.

MARQUES, Adalton. *Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. 2009. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

MBEMBE, Achille. *Política da Inimizade*. Lisboa: Editora Antígona, 2017.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. *Revista de Antropologia/USP*, Volume 39, SP, 1996.

PIMENTEL FILHO, José Ernesto; MARIZ, Silvana Fernandes; FONTELES NETO, Francisco Linhares. Cárceres, cadeias e o nascimento da prisão no Ceará. In: MAIA, Clarisa Nunes et al. (Org.). *História das prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. p. 155-184. v. II.

SÁ, Leonardo; ACCIOLY, Maria Izabel Feitosa; AGUIAR, Deiziane Pinheiro. RELATOS DE SI EM SITUAÇÃO DE CONDENAÇÃO PUNITIVA: A TRAJETÓRIA DE ADÃO. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE*, v. 7, n. 2, 2015.

Secretária de Justiça do Ceará. Unidades prisionais. Disponível em <http://www.sejus.ce.gov.br/index.php/gestao-penitenciaria/39/69> Acesso em 21 de agosto de 2018.

SERRA, Carlos Henrique Aguiar. Estado penal e encarceramento em massa no Brasil. In: LOURENÇO, L. C; GOMES, L. R (org.). *Prisões e punição: no Brasil contemporâneo*. Salvador: EDUFBA, 2013.

_____. Punição, dispositivos de controle e militarização

no Brasil contemporâneo. In: 41º Encontro Anual da ANPOCS, 2017, Caxambu, MG: 2017.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.